

**EMENDA REGIMENTAL N. 33, DE 8 DE MAIO DE
2019**

Disciplina a formulação de
pedido de vista coletivo no
Superior Tribunal de Justiça.

Art. 1º O art. 161 do Regimento Interno do
Superior Tribunal de Justiça passa a ter a seguinte redação:

“Art. 161.....

§ 1º Em qualquer fase do julgamento,
posterior ao relatório ou à sustentação oral,
poderão os julgadores pedir esclarecimentos
ao relator, ao revisor e aos advogados dos
litigantes, quando presentes, sobre fatos e
circunstâncias pertinentes à matéria em
debate, ou, ainda, pedir vista dos autos, caso
em que o julgamento será suspenso.
Surgindo questão nova, o próprio relator
poderá pedir a suspensão do julgamento por
uma única oportunidade.

§ 2º Havendo segundo pedido de vista dos
autos, o pleito será tido como coletivo, de
modo que o prazo de sessenta dias constante
do art. 162 deste Regimento será contado de
forma conjunta, beneficiando-se da
prorrogação do prazo por trinta dias apenas
os Ministros que a requererem.

§ 3º O pedido de vista coletivo impede a
posterior solicitação de vista de qualquer
Ministro.

§ 4º O julgador poderá proferir seu
voto-vista mesmo que os Ministros que o
antecedem na ordem de votação ainda não
estejam habilitados para tal.”

Art. 2º Fica revogado o parágrafo único do
art. 161 do Regimento Interno do Superior Tribunal de
Justiça.

Art. 3º Esta emenda regimental entra em
vigor na data de sua publicação no Diário da Justiça
eletrônico.

Ministro JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente do Superior Tribunal de Justiça

Cuida-se, tal qual a Emenda Regimental n. 25, que disciplinou a solicitação de preferência nas sustentações orais, de iniciativa advinda do reclamo dos Srs. Advogados, insatisfeitos com o tempo de duração dos julgamentos neste Superior Tribunal.

Como consabido, há feitos relevantes ou complexos postos à apreciação deste Tribunal que demandam um estudo aprofundado dos autos de cada componente do órgão julgador, que se vê obrigado a se suceder nos pedidos de vista, o que ocasiona um significativo atraso na ulatimação do julgamento.

Com a reforma regimental, o Superior Tribunal de Justiça pretende reduzir a duração da apreciação dos feitos pelos colegiados, inovando ao possibilitar que vários Ministros tenham vista dos autos concomitantemente, isso com o fito de que seja célere a prestação jurisdicional.

Então, a Comissão de Regimento sugeriu a alteração do art. 161 do regramento interno, que, ao prever a possibilidade de pedido de vista coletivo a partir da segunda solicitação, limita o prazo de restituição do feito à apreciação do Tribunal ao mesmo tempo previsto para o requerimento de vista formulado singularmente pelo magistrado, o que ocasionará efetiva redução na duração dos feitos em franco benefício às partes e respeito ao princípio da celeridade processual, sem descuidar da possibilidade de o próprio Ministro Relator formulá-lo por uma única vez.

Ministro MOURA RIBEIRO
Comissão de Regimento Interno